

A Cidadania das mulheres e a descriminalização do aborto

Questão de cidadania das mulheres e de saúde pública, a descriminalização do aborto está na pauta da Comissão de Seguridade e Família (CSF) da Câmara das/os Deputadas/os desde meados de abril. Nesse período, entrou em discussão o projeto de Lei 21/2003, de autoria do deputado Roberto Gouveia, que descriminaliza o aborto ao propor a supressão do artigo 124 do código penal.

Na Plataforma Política Feminista, os movimentos de mulheres destacam como um desafio da sociedade brasileira o reconhecimento do direito das mulheres de ter ou não ter filhos, com acesso a serviços públicos e conveniados de qualidade. A descriminalização do aborto é defendida na PPF porque não se pode tratar a interrupção de uma gravidez como um delito, caso de polícia. Nem como pecado, pois vivemos num Estado laico, onde não é possível sustentar na legislação, com base em argumentos religiosos, a continuidade de uma gravidez indesejada.

A descriminalização nada impõe às mulheres que não desejam interromper uma gravidez, mas respeita a cidadania das mulheres que desejarem fazê-lo.

Frente ao grande número de mulheres que morrem por abortos realizados em condições extremamente precárias, a descriminalização também significa uma ação de saúde pública e o reconhecimento ao direito da mulher de ter direito e autonomia sobre seu próprio corpo. Reconhecer direitos não significa aderir a uma prática, mas praticar o convívio com as diferenças, uma das condições para a democracia.

Na seção CONtextos, anexamos a lista de parlamentares da CSF, com seus respectivos estados, para que possamos - esta semana - dialogar sobre os direitos das mulheres com todas/os elas/es, pressionando pela aprovação do PL 21/2003.

Qual reforma da previdência queremos?

É grande a insatisfação com o projeto enviado pelo governo Lula ao Congresso Nacional para a reforma na Previdência.

A AMB e diversas redes feministas estão se mobilizando para construir o debate feminista sobre a Previdência, que chegou ao Congresso a partir do dia 11 de abril, quando a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais divulgou sua reflexão na audiência pública convocada pela Comissão especial da Câmara que analisa a reforma (AE nº 39).

Na sequência, a Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras realizou, dia 13, junto com a primeira vice-presidência do Senado o Seminário "Reformas: raça, gênero e políticas de inclusão". O evento retomou a concepção de previdência como instrumento de seguridade social, de justiça social e de redução de desigualdades.

Essa também é a perspectiva do seminário "As mulheres na Reforma da Previdência - o desafio da inclusão social", a ser realizado dia 27, na Câmara dos Deputados. A promoção é do CFEMEA, em parceria com a Bancada Feminina do Congresso e a Comissão Especial sobre a Reforma, da Câmara de Deputadas/os. Além de debater o contexto brasileiro e dos demais países latino-americanos, o Seminário vai analisar especificamente o projeto do Executivo a partir da ótica de gênero e raça.

Neste processo, aguarda-se com expectativa no movimento a audiência a ser convocada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, prevista para o próximo dia 28 de maio. A audiência tem a perspectiva de promover o diálogo entre Governo e Movimento de Mulheres neste contexto. Será o momento de apresentar nossas demandas, como a de incluir trabalhadores/as do mercado informal, que hoje estão fora do sistema. No debate feminista afirma-se a função redistributiva da previdência social, o que significa ir além da "lógica individualista que orienta o seguro - pagou, levou". Vale conferir na seção CONtextos, o documento "Reforma da Previdência - marcos éticos, com as propostas feministas para a Reforma.

Articulação de Mulheres de São Paulo

A Articulação de Mulheres de São Paulo promove dia 24, na sede da Ação Educativa, a mesa de debates "Movimento de Mulheres e Governo Lula: o desafio das reformas".

Além da previdência, o evento vai abordar a reformulação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e os desafios da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Ao final dos debates, as mulheres da Articulação paulista fazem o lançamento estadual da revista Bocas no Mundo, periódico editado pela AMB e dedicado à Campanha contra os Fundamentalismos. Informações: Jacira Melo 3889.7928.

Plano Plurianual**Sociedade Civil formula metodologia das audiências públicas**

Na AMB, a crítica ao modelo de construção do PPA está relacionada, entre outras coisas, ao centramento do Plano no desenvolvimento econômico. E, principalmente, por seguir a orientação das políticas impostas pelas instituições financeiras multilaterais.

O governo Lula está inaugurando a participação da sociedade civil no processo de formulação do Plano 2004-2007, que tem a perspectiva de concretizar a plataforma proposta em sua campanha.

INTER-REDES

Em resposta à demanda do ministro Luiz Dulci, Secretário Geral da Presidência, o Inter-Redes aceitou a solicitação de contribuir com a discussão do PPA. Através de convênio que será estabelecido com a Secretaria, caberá ao Inter-Redes a definição da metodologia e a operacionalização das audiências públicas que vão debater o Plano do governo com a sociedade. Ao Inter-Redes caberá ainda a sistematização de todo o processo.

Convocadas pelo governo, as audiências serão realizadas nos 26 estados e no Distrito Federal, do final de maio a meados de julho, num agenda bastante concentrada, com eventos a cada três dias e duas audiências estaduais em cada data. O calendário está sendo fechado, mas sabe-se que as primeiras audiências vão ocorrer na Região Norte.

O processo não é deliberativo, mas de escuta à sociedade, como frisou a Secretaria da Presidência na reunião com integrantes do Inter-Redes. O que o governo está compartilhando, neste momento, é a organização dessa "escuta". Nas audiências, a sociedade civil vai se manifestar sobre um documento base, seja confirmando, complementando ou fazendo recomendações aos 24 desafios organizados em quatro grandes objetivos da proposta do governo. As audiências vão comportar até 200 pessoas e um máximo de 70 organizações de caráter nacional ou regional, podendo ser incluídas organizações temáticas. Atualmente, 27 representantes estaduais ligados ao Inter-Redes já estão responsáveis pela indicação de organizações para as audiências estaduais.

CONtextos

Anexamos o documento da AMB com sugestões e críticas ao PPA, entregue ao final do seminário promovido pelo INESC, este mês. Outro arquivo anexado traz o posicionamento de feministas frente às reformas: "Reforma da Previdência – marcos éticos". Para quem não leu, as propostas de Emendas Constitucionais das Reformas Tributária e da Previdência estão na página www.camara.gov.br/Internet/reformas/default.asp, da Câmara dos Deputados, onde é possível se cadastrar para receber informes periódicos. O terceiro arquivo apóia a nossa mobilização e pressão pela aprovação do PL 21/2003, informando nome, e-mail e **estado** de cada parlamentar da Comissão de Seguridade e Família da Câmara.

Fórum Continental das Américas

O primeiro Fórum das Américas acontecerá em Quito (Equador), de 8 a 13 de março de 2004, e foi o principal assunto da reunião do Conselho Hemisférico das Américas, realizada *on line*, de 21 a 25 de abril. Participaram 14 organizações do Conselho Internacional e oito fóruns de caráter subregional ou nacionais. Gina Vargas representou a Articulación Feminista Marcosur.

Segundo informe de Gina, debateu-se na reunião os eixos temáticos do fórum continental, e ainda os eixos transversais de gênero e diversidades. Além da metodologia, as/os participantes da reunião conversaram sobre as comissões de trabalho e marcaram uma próxima reunião do Conselho (desta vez, "cara a cara"). Será em Miami, dia 27 de junho, logo após a reunião do Conselho Internacional (23-26). Ficaram também propostas reuniões de informação e intercâmbio em Cartagena (Fórum Social temático, junho) e/ou Cancún (mobilizações contra a OMC, setembro).

Feminista pode ocupar Relatoria Especial na ONU

Organizações, redes e articulações de mulheres estão se mobilizando para influenciar na indicação da próxima Relatora Especial sobre Violência contra a Mulher – suas causas e conseqüências, nas Nações Unidas. Trata-se da única, entre as 24 Relatorias Especiais da ONU, que possui um mandato direcionado especificamente para as mulheres.

Entre as sete mulheres que estão concorrendo, por recomendação das participantes da Comissão de Direitos Humanos da ONU, temos três feministas: Charlotte Bunch (Center for Women's Global Leadership/EUA), Jacqueline Pitanguy (CEPIA/Brasil) e Susana Chiarotti (Cladem /Argentina). As mobilizações seguem até o próximo mês por conta da prorrogação do mandato da atual relatora, Radhika Coomaraswamy (Sri Lanka), que ficará até julho próximo. Além do mandato, a própria relatoria foi ampliada por mais três anos.

CEDAW

Ontem (13), foi enviado para o Comitê CEDAW o relatório alternativo da sociedade civil, produzido por 13 redes e articulações de mulheres do Brasil. O relatório tem como anexo todos os desafios apontados na Plataforma Política Feminista. Além de ser divulgado para o Movimento de Mulheres, deverá ser entregue à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e para o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores.

Plataforma

Por falar em Plataforma, a PPF foi recentemente subscrita pela ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), em seu 22º Congresso.